

A CRISE ECOLÓGICA, O EPISTEMICÍDIO E A DESTRUIÇÃO DOS SABERES

THE ECOLOGICAL CRISIS, THE EPISTEMICITY AND THE DESTRUCTION OF KNOWLEDGE

Sandro Ari Andrade de Miranda¹

Resumo

A Crise Ecológica/Ambiental Global, ao contrário do que é apresentado pelos grandes meios formadores de opinião não se resume apenas às mudanças climáticas ou à perda da biodiversidade. Seus efeitos são sentidos em vários espaços da vida cotidiana, inclusive na perda significativa de saberes e conhecimentos não catalogados ou reconhecidos pela ciência dominante, o chamado conhecimento tradicional. Apesar deste tipo de conhecimento ser protegido pela Convenção da Diversidade Biológica – CDB, de 1992, o conflito com o Acordo de Livre Comércio – TRIPS, além dos interesses comerciais das grandes potências econômicas acaba prejudicando a proteção e conservação deste patrimônio.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais; Crise Ecológica; Epistemicídio; Propriedade Intelectual; Saberes Populares.

Abstract:

The Global Ecological / Environmental Crisis, contrary to what is presented by major opinion-makers is not just climate change or loss of biodiversity. Its effects are felt in various spaces of everyday life, including the significant loss of knowledge and knowledge not cataloged or recognized by the dominant science, the so-called traditional knowledge. Although this type of knowledge is protected by the Convention on Biological Diversity (CBD) of 1992, the conflict with the Free Trade Agreement (TRIPS), in addition to the commercial interests of the great economic powers, ends up harming the protection and conservation of this patrimony.

¹ Advogado, pesquisador do Grupo de Pesquisa de Processos Participativos na Administração Pública (UFRGS), Mestre em Ciências Sociais pela UFPel.

Key-words: Traditional Communities; Ecological Crisis; Epistemicide; Intellectual property; Popular Knowledge.

1. DISCUSSÃO INICIAL: GLOBALIZAR E PADRONIZAR

O discurso da globalização emergente na década de setenta colocou no centro do cenário do debate científico os problemas emergentes no nível internacional, como a circulação de capitais e consequente crise financeira, a fragmentação das pautas políticas e, principalmente, a crise ecológica.

Assim como a antiga agenda do imperialismo, o movimento dos globalitaristas defendeu ideias como o fim das ideologias, dos interesses nacionais, a vitória de um pensamento único e a imposição de um ideal de homogeneização dos modos de pensar, de agir, dos modelos de organização dos ambientes de vida e da sociedade, como se o mundo passasse, à partir daquele momento, a vivenciar um modo único de pensar e de interpretar a sociedade.

Citamos como exemplo o conceito de *cidades globais*, defendido por teóricos como Saskia Sassen (1998). Está evidente na visão desta autora a construção de um modelo uniformizado de cidades como parâmetro de correção, como a arquitetura e a paisagem moldadas por prédios verticalizados e envidraçados, a necessária abertura de escritórios para a prestação de serviços destinados ao atendimento do capital financeiro, a construção de monumentos como elementos de referência. Neste ponto, os grandes eventos esportivos internacionais como Copa do Mundo e Olimpíadas são fundamentais, em razão dos modelos padronizados, conforme conceitos das entidades promotoras, FIFA e COI.

Tanto Saskia Sassen como Jordi Borja, como outros autores que defendem o ideal das cidades globais, vêm a predominância destas como centros de poder político e econômico, mesmo que em muitas apresentem desigualdades sociais gritantes, como as megalópoles dos países em desenvolvimento, tal como São Paulo, Rio de Janeiro e Mumbai (ARANTES, 2002). Tal situação ainda fica mais agravada com a gentrificação, que é a expulsão das populações mais pobres de áreas requalificadas que passam a ser ocupadas por habitantes com maior renda.

Se a perda da identidade cultural é um fato identificado no desenvolvimento da economia e da arquitetura urbana, o que pode ser dito sobre a cultura e saberes

populares, muitos dos quais ainda reservados em universos distantes dos grandes centros ou escondidos nas periferias das cidades? Como veremos, o fenômeno da padronização do pensar não conhece fronteiras e avança sobre todos os ambientes, inclusive nas mais distantes culturas com a biopirataria.

2. A CRISE ECOLÓGICA E O EPISTEMICÍDIO

Quando falamos na crise ecológica que afeta o planeta é comum os grandes cientistas formadores de opinião e os meios de comunicação canalizarem a análise apenas para as questões climáticas e os seus efeitos sobre o *habitat* humano e a perda de biodiversidade. *Tal análise, contudo, é limitada pois desconsidera grande parte dos efeitos ambientais produzidos pela homogeneização econômica e cultural dominantes.*

Na verdade, os problemas ambientais estão inseridos em um universo de análise bem mais amplo, e para proferir uma análise correta é necessário romper com a visão unidimensional ou binária (bem e mal, certo e errado) que é proposta pelos agentes formadores da opinião pública. Talvez por isso as dificuldades que a sociedade enfrenta para levar esta problemática adiante e confrontar os interesses políticos e econômicos que limitam o estudo e compreensão da complexidade dos problemas ecológicos e ambientais.

Enrique Leff considera a atual crise ecológico-ambiental como uma verdadeira “*crise de civilização*”, afirmando de forma direta que a humanidade não poderá encontrar soluções para esta problemática por meio da racionalidade que preside a sociedade contemporânea, que constrói e destrói o mundo. Neste sentido, reforça a crítica à unidimensionalidade da racionalidade da modernidade, incapaz de apreender a complexidade das relações sociais e ambientais nas quais estamos inseridos.

Apreender a complexidade ambiental implica um processo de desconstrução e reconstrução do pensamento; remete a suas origens, à compreensão de suas causas; a ver “erros” da história que se arraigaram em certezas sobre o mundo com falsos fundamentos; a descobrir e reavivar o ser da complexidade que ficou no “esquecimento” com a cisão entre o ser e o ente (Platão), do sujeito e do objeto (Descartes), para apreender o mundo coisificando-o, objetivando-o. Esta racionalidade dominante descobre a complexidade em seus limites, em sua negatividade, na alienação e na incerteza do mundo *economizado*, arrastado por um processo incontrolável e insustentável de produção (LEFF, 2003, p. 16).

Desta forma, Leff segue a mesma conclusão de Boaventura de Sousa Santos, outro crítico da racionalidade dominante. Para o sociólogo português, o paradigma da modernidade é rico e complexo, contudo suscetível de variações contraditórias. Segundo este autor, tal paradigma está assentado sobre dois pilares: o da *regulação* e o da *emancipação*, ambos constituídos por três princípios e lógicas:

O pilar da regulação é constituído pelo princípio do Estado, formulado essencialmente por Hobbes, pelo princípio do mercado, desenvolvido sobretudo por Locke e por Adam Smith, pelo princípio da comunidade, que domina a teoria social e política de Rousseau. O princípio do Estado consiste na obrigação política vertical entre cidadãos e Estado. O princípio do mercado consiste na obrigação política horizontal individualista e antagônica entre parceiros de mercado. O princípio da comunidade consiste na obrigação política horizontal solidária entre membros da comunidade e entre associações. O pilar da emancipação é constituído pelas três lógicas da racionalidade definidas por Weber: a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura, a racionalidade cognitiva instrumental da ciência e da tecnologia e a racionalidade moral prática da ética e do direito. (SANTOS, 2000, p. 50)

De acordo com Santos, o pilar da regulação se sobrepõe ao da emancipação, daí o resultado da crise enfrentada hoje pela sociedade, presa essencialmente à códigos fechados, dentre os quais incluímos a padronização.

Um dos exemplos evidentes da imposição do modelo de regulação sobre as outras formas sociais de produção é a Revolução Verde, fenômeno agroprodutivo introduzido no cenário internacional entre o final da década de cinquenta e início da década de sessenta do século passado e passou a influenciar os modos de produção agropastoris em todos os cantos do planeta, com impacto direto sobre os modos de produção social.

Com a Revolução Verde o sistema de produção da agricultura e da pecuária foi organizado dentro de um modelo tecnológico que atendesse aos interesses tecnológicos das grandes potências que emergiram no pós-guerra, notadamente aos Estados Unidos e à Europa. Tecnologias foram convertidas e sistemas de produção considerados cientificamente superados foram abandonados.

Uma prova evidente dessa lógica foi a introdução dos químicos, agora agroquímicos ou agrotóxicos na agricultura e do maquinário agrícola. Também podemos considerar o processo de higienização e do aperfeiçoamento genético da pecuária como outros aspectos-chave deste movimento, ao ponto de muitos

produtores preferirem promover um massacre das cabeças de gado bovino contaminado pela febre aftosa do que tratá-las.

E que temos um outro aspecto importante da sobreposição do pilar da regulação sobre a emancipação. Se a último pilar é, por natureza, **inclusivo**, pois permite a emergência de novas formas de pensar e agir, a regulação é **excludente**, pois afasta todos os que estão fora dos padrões e das normas do sistema dominante, daí as críticas constantes de Foucault (1996) às escolas, presídios e hospitais. *Quem não está enquadrado dentro do conceito de normalidade é severamente punido ou excluído.*

A lógica da ciência contemporânea que impôs a sua separação em campo permitiu o predomínio de um pensamento parcelar, restrito a certas áreas do conhecimento, o que prejudica a interpretação de toda a “*complexidade ambiental*” citada por Enrique Leff. Apesar de todas as provas em contrário que são oferecidas diariamente pelos fenômenos climáticos, os problemas ambientais continuam sendo tratados como se a sua origem estivesse fora do universo habitado pela humanidade. Isto se deve ao fato da ciência continuar sendo conduzida pela lógica cartesiana, através da qual se consolidou a ideia na qual os seres humanos estão separados das demais espécies por sua capacidade de pensar superior.

No mesmo caminho, os conhecimentos chamados pela literatura de “*tradicionais*”, os quais dependem, especialmente, da integração entre os seres humanos e a natureza, também acabam perdendo espaço, na medida em que a sua base é formada fora dos parâmetros de regulação impostos pelo modelo científico dominante.

Perde-se, com isto, não apenas o conhecimento sobre modos de produção e aplicação de determinados materiais, como chás derivados de plantas nativas, por exemplo, mas, inclusive, elementos literários, culturais e político-organizativos das comunidades tradicionais, especialmente sistemas de organização social coletiva e participativa. Um exemplo evidente é a perda de linguagem, falares e hábitos pelas comunidades indígenas. Estima-se que milhares de troncos linguísticos foram perdidos apenas no continente americano com a chegada dos europeus.

Portanto, assim como aconteceu com a Revolução Verde, as estratégias de desenvolvimento construídas de cima para baixo, com caráter exclusivamente relatório da organização da sociedade, além de imporem um modelo dominante de organização social e produtiva, são responsáveis pela destruição de elementos

simbólicos, culturais e tecnológicos que são perdidos ao longo do tempo, processo este chamado por Boaventura de Souza Santos (2005) de *epistemicídio*, ou seja, “a morte do conhecimento socialmente produzido”.

3. O PROCESSO DE DESTRUIÇÃO DE SABERES

Sempre é importante lembrar que chamamos de “*comunidades tradicionais*” aqueles grupos sociais que apresentam uma codificação de cultura diversa da hegemônica, ocidental e capitalista, o que não significa, diversamente do que pensam muitos antropólogos funcionalistas, que estas culturas sejam estáticas, mas sim “*que se constituem de forma histórica, a partir de tradições muitas vezes não escritas*”.

Mesmo tradicional, as culturas aqui apontadas não podem ser caracterizadas como conservadoras, posto que não visam preservar um *status quo* político ou social dominante, mas sim defender valores milenares que representam a própria identidade de grupos e que, muitas vezes, são massacrados pelo capitalismo hegemônico

E por este motivo que a Convenção da Diversidade Biológica – CDB, aprovada em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na cidade do Rio de Janeiro, estabeleceu a proteção do conhecimento tradicional, destacado como essencial para a proteção da biodiversidade, como identifica claramente o preâmbulo do Documento:

“Reconhecendo a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de, muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais, e que é desejável repartir equitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes;” (CDB, 1992)

Mais adiante, no próprio corpo normativo da CDB é institucionalizada uma regra que protege o conhecimento tradicional:

Artigo 8 - Conservação In situ
Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:
.....
.....

j) Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica, e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas.

Pois é exatamente a proteção do conhecimento tradicional que produz o maior conflito em relação à implementação da CDB, fato este que é derivado do conflito desta norma com o Acordo TRIPS, sigla em inglês referente ao “*Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio*”, discutido em 1994 na parte final da Rodada do Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (o GATT), e que resultou na criação da Organização Mundial do Comércio em 1995.

Ocorre que os Estados Unidos não ratificaram a CDB, e junto com a União Europeia e com o Japão foram os principais defensores da TRIPS, visando assegurar o monopólio da propriedade intelectual das patentes para aqueles que detém e desenvolvem novas tecnologias e produtos, inclusive os oriundos da biodiversidade, acessada por meio de conhecimento tradicional (ou biopirataria), daí o conflito direto com a norma conservacionista.

De acordo com a física e filósofa indiana Vandana Shiva:

O acordo sobre os TRIPS do Ato Final do GATT baseia-se em um conceito de inovação extremamente restrito que, por definição, tende a favorecer as corporações transnacionais em detrimento dos camponeses e povos das florestas do Terceiro Mundo em particular. A primeira restrição é a mudança de direitos coletivos para privados. Conforme declara o preâmbulo do acordo, os DPI [direitos de propriedade intelectual] são reconhecidos apenas como direitos privados. Isso exclui todos os tipos de conhecimento, ideias e inovações que acontecem nas “terras comunitárias intelectuais” – nos povoados entre lavradores, nas florestas entre os povos tribais, e até mesmo nas universidades entre os cientistas. O acordo sobre os TRIPS é, portanto, um mecanismo para a privatização das “terras comunitárias intelectuais” e a desintelectualização da sociedade civil. A mente se transforma um monopólio das grandes empresas. (SHIVA, 2001, p. 31-32)

Como é percebido, o “*epistemicídio*” é um subproduto do colonialismo instaurado pelo avanço imperialista europeu sobre os povos da Ásia, da África e das Américas, que ganhou relevo com o crescimento do capitalismo oligopolista. Das Grandes Navegações à globalização da cultura ocidental, tal fenômeno cresceu apenas em grau de intensidade. Aliás, o surgimento do capitalismo e a sua

necessidade sistêmica de insumos de produção material e energético contribuiu de forma decisiva para a perda ou descaracterização do conhecimento tradicional, na medida em exigiu a produção em escala das *commodities*, nome dados aos bens primários (da agropecuária ou mineração) no mercado financeiro.

Desta forma, a produção cultural e tecnológica desenvolvida pelas comunidades tradicionais está sendo paulatinamente substituída em face da pressão dos grupos econômicos mais fortes, ao ponto de algumas comunidades indígenas do Cerrado e da Amazônia brasileira trocarem a sua produção tradicional sustentável dos recursos ambientais locais pela produção em escala de *commodities* com preços fixados no mercado internacional, como a soja e o milho.

4. AS TIPOLOGIAS DE DOMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

Conforme já destacamos anteriormente, o *epistemicídio* é, em essência, a destruição de conhecimentos, de saberes, e de culturas não assimiladas pela cultura branca ocidental.

As culturas tradicionais influenciaram a humanidade em diversos campos do conhecimento, como na construção do vocabulário, da música e da culinária. Alguns dos gêneros musicais mais difundidos no mundo, como o rock, por exemplo, possuem influência direta da religião e dos guetos negros dos grandes centros urbanos dos Estados Unidos, ou da música goospel e rural do mesmo país. O rock, embora preserve em muitas obras a sua característica contestatória, foi assimilado pelo mercado comercial capitalista e hoje é uma das culturas musicais mais difundidas comercialmente em todo o mundo.

Avançando no tema, também existe toda uma dinâmica derivada de conhecimento tradicionais incorporada aos processos produtivos agrícolas, à produção de alimentos específicos, tratamento médico, além dos aspectos religiosos. A produção agrícola em terraços em curvas de nível só foi conhecida pelos europeus, por exemplo, quando estes tiveram contato com os Incas. Os povos pré-colombianos também são responsáveis por duas das culturas agrícolas comercialmente mais difundidas no mundo, a do milho e da batata, e por centenas de espécies que compõem a dieta contemporânea da humanidade. Para dar uma ideia, o milho, junto com a soja de origem asiática, hoje é um dos produtos mais comercializados no mercado de *commodities*.

Ainda com relação ao grau de conhecimento alcançado pelo povos pré-colombianos, todas as estradas Incas eram pavimentadas, e o domínio da irrigação por essa nação permitiu levar água a lugares impossíveis para os imperialistas europeus.

Quando da dominação europeia na América foram destruídos saberes derivados de vários campos do conhecimento humanos. Muitos dos chamados povos pré-colombianos dominavam a escrita, possuíam registros históricos, científicos, religiosos e literários, além das próprias linhagens linguísticas. Com a colonização foi perdido um conhecimento sem preço para a história, para a literatura mundial, para a astronomia, a medicina e outros campos científicos, sem contabilizar os genocídios e a perda de dignidade e de identidade com a escravidão.

Os colonizadores europeus também foram responsáveis pela escravização de povos africanos que possuíam avançados sistemas de organização social, muitos dos quais alfabetizados, com linguagem e alfabetos próprios, e com conhecimentos elevados nos campos da agricultura e da medicina. É importante ressaltar que os hauças e os malês, por exemplo, eram alfabetizados pela cultura árabe e detinham conhecimento médicos-cirúrgicos inexistentes na Europa Ocidental na época das grandes navegações e da explosão do movimento escravagista. Incas, Astecas, Maias e outros povos nativo-americanos também dominavam áreas de medicina, inclusive cirúrgica, desconhecidas pelos europeus, informações que passaram a ser conhecidos séculos depois.

Hoje todo o brasileiro sabe que o chá de boldo contribui, efetivamente, para as funções digestivas, é antitóxico e combate a prisão de ventre, que a alfavaca é um ótimo antigripal, que a casca de barmitão é anti-hemorragica e anti-inflamatória, e que a guaraná é um estimulante, dentre outras informações. Todo este conhecimento foi assimilado das comunidades indígenas, mateiros e quilombolas na construção dos nossos saberes populares (MIRANDA, 2016).

Ao longo dos anos de colonização e de dominância branco/europeia/capitalista foram adotadas três grandes tipologias de ação estratégica em relação ao conhecimento tradicional:

- a) assimilação;
- b) invisibilização;
- c) destruição pura e simples.

A *assimilação* é a mais eficiente das estratégias, quando o conhecimento popular/tradicional é incorporado pelo sistema dominante e incorporado aos sistema capitalista. Isto ocorreu naturalmente na incorporação de palavras ao dicionário como, por exemplo, jacaré, abacaxi, dentre outras no Brasil ou, ainda, pela produção em escala de culturas agrícolas comerciais, como milho e batata. Neste caso, o ganho é monetariamente contabilizado.

A *invisibilização* ocorre quando o sistema dominante torna invisíveis formas de conhecimento popular e os seus modos de resistência. Podemos observar este tipo de prática diariamente por grande parte da medicina alopático/científica em relação à métodos de tratamento não patenteados pelos grandes laboratórios ou, ainda, às crenças religiosas de matriz africana e indígena. Em ambos os casos é adotada uma estratégia assessória, que é o preconceito social ou étnico-cultural.

Uma decorrência lógica da invisibilização é a exclusão social, ao ponto de muitos conhecimentos estarem limitados às fronteiras simbólicas e físicas das periferias.

A *destruição* é um processo que, por mais incrível que pareça, ainda é muito comum, e vai além da “*invisibilização*”, pois elimina completamente a possibilidade de resistência dos conhecimentos/saberes pela extinção dos seus mecanismos de produção e reprodução. Temos, como exemplo mais dramático, a extinção de milhares de troncos linguísticos nas Américas pela incorporação cultural às línguas oficiais ou pelo genocídio em escala. Também podemos citar a perda de sementes nativas de espécies como o próprio milho pela indução crescente da produção de sementes híbridas e transgênicas, cujo processo de produção é patentado e controlado por grandes multinacionais.

Em síntese, todas as estratégias adotadas para o controle dos modos de produção e dos saberes tradicionais implicam, de alguma forma, em dominação.

Entretanto, apesar da violência física, econômica e simbólica adotada pelos grandes centros e pelo pensar dominante no processo de desconstrução cultural das comunidades tradicionais, ainda encontram mecanismos de grande resistência em diversos espaços. Henrique Leff (2000), destaca que os processos solidários e participativos de organização das comunidades indígenas no México, no Peru e outros países da América Latina, permitem a sobrevivência de métodos produtivos integrados ao ambiente e que sustentam a resistência ao modelo imposto pela *revolução verde*.

Aliás, a economia solidária e democracia participativa são estratégias de organização produtiva e social incorporadas por várias comunidades e que permitem a defesa de patrimônios culturais populares da desconstrução pelo modo de produção hegemônico (MIRANDA, 2016), desta forma, a violência do epistemicídio, sobretudo em razão da industrialização do campo, da urbanização forçada e da destruição do meio ambiente e da biodiversidade, continua batendo violentamente às portas de comunidades populares como indígenas, quilombolas, mateiros, pescadores tradicionais, extrativistas, dentre outros. Contudo, ainda encontramos uma forte resistência social, o que permite aventar a efetivação de uma agenda que valorize este tipo de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi demonstrado acima, quando falamos de crise ecológica/ambiental global, estamos tratando de um problema muito mais complexo do que é divulgado pelos grandes meios de comunicação e formadores de opinião. As mudanças do clima e a morte sistemática de espécies até a extinção é apenas uma parte do problema, o qual também invade a vida cotidiana da sociedade e, especialmente, das comunidades tradicionais.

Mesmo que existam mecanismos jurídicos e resistência social ao processo de desconstrução dos saberes das comunidades tradicionais, há um crescimento dos conflitos e da perda deste tipo de conhecimento desde a aprovação da TRIPS que, por sua vez, favoreceu o interesse privado dos grandes monopólios capitalistas em detrimento dos interesses coletivos da sociedade.

Destaca-se, neste ponto, a proteção apresentada pela Convenção da Diversidade Biológica – CDB, que ainda é um instrumento tímido. No entanto, não foi ratificado pelos Estados Unidos, principal potência no campo da propriedade intelectual e que busca impor seus interesses através da agenda do livre comércio internacional.

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma Estratégia Fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; e MARICATO., E.. **A Cidade do**

Pensamento Único: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, 11-74.

CDB – **Convenção da Diversidade Biológica**. Nações Unidas, 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/destaques/item/7513>. [Acesso em: 10/01/2017].

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

LEFF, Enrique. **A Complexidade Ambiental**. São Paulo, Cortez, 2003.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura:** racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: EdFurb, 2000.

MIRANDA, Sandro Ari Andrade de. Epistemicídio: monoculturalismo e destruição de saberes. **América Latina En Movimiento**. Quito, Equador, 16 de novembro de 2016. Agência Latinoamericana de Información. Disponível em: <http://www.alainet.org/de/node/181713>. [Acesso em 10/01/2017]

SANTOS, Boaventura de Souza. **Crítica da Razão Indolente:** contra o desperdício da experiência. Para um Novo Senso Comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, vol 1. São Paulo, Cortez, 2000.

SASSEN, Saskia. Território e Territorialidade na Economia Global. In: BARROSO, J. R.. **Globalização e Identidade Nacional**. São Paulo: Editora Atlas, 1998, p. 99-119.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria:** a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.